

PARECER N.º 19/CITE/96

Assunto: Discriminação relativa às trabalhadoras da firma ..., L.DA, em virtude de não lhes ser pago o tempo a que têm direito para aleitar os seus filhos até aos 10 meses de idade

1. OBJECTO

1.1. Em 16.02.96, a CITE, recebeu do Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil de Aveiro uma queixa contra a empresa ..., L.da sita em ..., em virtude de esta se recusar a pagar o tempo a que as suas trabalhadoras têm direito para aleitar os seus filhos até aos 10 meses de idade.

1.2 Em 29.02.96, a CITE oficia a empresa, no sentido de esta se pronunciar sobre a queixa apresentada pelo Sindicato.

1.2.1. Em 18.03.96, a empresa respondeu afirmando que "a ... não só não faz qualquer discriminação (pagando a umas e não pagando a outras), como nem se põe o problema porque nenhuma trabalhadora utiliza tempo para aleitação.

Nem se justifica a utilização de tempo para aleitação porque os bebés estão confiados durante o tempo de trabalho a outrem, que procede à sua aleitação (facto que não seria possível na amamentação, que terá que ser a própria - em regra)".

1.3. Em 29.02.96, a CITE acusou a recepção do ofício do Sindicato, solicitando-lhe informação sobre o número e identificação das trabalhadoras lesadas, durante os últimos doze meses, não obtendo qualquer resposta.

1.4. Tendo necessidade de esclarecimentos suplementares, a CITE oficiou de novo a Empresa e o Sindicato queixoso em 05.07.96, solicitando àquela informações acerca da pessoa ou entidade a que estavam confiados os bebés, durante o tempo de trabalho, para que nenhuma das suas trabalhadoras com filhos até aos 10 meses de idade, necessitasse de utilizar tempo para aleitação, e a este a informação pedida no n.º 1.3. deste parecer bem como os seus comentários à resposta da empresa referida em 1.2.1..

1.4.1. Até ao presente o Sindicato não enviou qualquer resposta, mas a empresa, em 09.07.96 responde o seguinte:

"Os bebés não podem ficar sozinhos como é óbvio. As mães trabalhadoras têm que confiar a alguém a sua guarda e vigilância, sob pena de crime.

E porque se trata de um acto da vida particular, só elas próprias podem revelar a identidade da pessoa a cuja guarda e vigilância as deixam".

2. ENQUADRAMENTO JURÍDICO

2.1. De facto, a CCT entre a ANIVEC - Associação Nacional dos Industriais de Vestuário e Confecções e a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal e outros, publicada no B.T.E. 1ª. Série, n.º 44, de 29/11/87, refere na sua cláusula 60.ª, alínea *d*), que "a mãe que aleite o filho tem direito a ser dispensada em cada dia de trabalho por dois períodos distintos, com a duração máxima de meia hora cada um, sem perda de retribuição ou de quaisquer regalias, para o cumprimento dessa missão, enquanto durar e até o filho perfazer dez meses. A pedido fundamentado da trabalhadora, podem aqueles períodos ser acumulados num período diário de uma hora;".

2.2. Dado que o Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil de Aveiro está representado na supracitada Federação de Sindicatos, é lhe aplicável a referida Convenção Colectiva de Trabalho.

2.3. Sendo aplicável às trabalhadoras da empresa ... a aludida CCT, têm aquelas direito a ser dispensadas em cada dia de trabalho por dois períodos distintos com a duração máxima de meia hora cada um, sem perda de retribuição ou de quaisquer regalias, para aleitar os seus filhos, até aos dez meses de idade.

2.4. O facto de as trabalhadoras poderem utilizar os serviços de qualquer outra pessoa para deixar os seus filhos, é totalmente irrelevante, para o direito que lhes assiste consagrado na cláusula 60.º, alínea *d*), da supracitada CCT.

3. CONCLUSÕES

3.1. Assim, deve ser aplicada às trabalhadoras da empresa ..., L.DA a cláusula 60.ª, alínea *d*), da CCT entre a ANIVÉC e a referida Federação de Sindicatos, publicada no B.T.E., 1ª. série, n.º 44, de 29.11.87, pelo que as trabalhadoras têm direito a ser dispensadas em cada dia de trabalho, por dois períodos distintos, com a duração máxima de meia hora cada um, sem perda da retribuição ou de quaisquer regalias, para aleitar os seus filhos, até perfazerem dez meses.

3.2. Face ao exposto, a CITE formula o seguinte parecer:

As trabalhadoras da empresa ..., L.da que aleitem os seus filhos, têm direito às dispensas, nas condições previstas na CCT referida em 3.1., pelo que a empresa deve pagar àquelas trabalhadoras o tempo que lhes descontou por aleitarem os seus filhos, bem como o que futuramente venham a usufruir para o mesmo efeito, conforme a citada cláusula da CCT.

APROVADO POR UNANIMIDADE DOS MEMBROS PRESENTES NA REUNIÃO DA CITE DE 8 DE JANEIRO DE 1997